

II SIMPÓSIO NACIONAL DA

REDE FINEESP

REDE DE PESQUISADORAS/ES SOBRE O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PAUTAS PARA A GARANTIA DO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

CADERNO DE RESUMOS

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto

Marcia Maurilio Souza

Marileide Gonçalves França

(Organizadoras)

São Paulo - FEUSP

2024

Esta obra é de acesso aberto. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e autoria e respeitando a Licença *Creative Common* indicada.



Universidade de São Paulo

Reitor: Prof. Dr. Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Profa. Dra. Maria Arminda do Nascimento Arruda

Faculdade de Educação

Diretora: Profa. Dra. Carlota Josefina Malta Cardozo dos Reis Boto

Vice-Diretor: Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto

Direitos desta edição reservados à FEUSP

Avenida da Universidade, 308

Cidade Universitária – Butantã

05508-040 – São Paulo – Brasil

(11) 3091-2360

E-mail: spdfe@usp.br

<http://www4.fe.usp.br/>

Catálogo na Publicação

Biblioteca Celso de Rui Beisiegel

Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

- S612c SIMPÓSIO NACIONAL DA REDE DE PESQUISADORES SOBRE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL (Rede Fineesp), 2., 2024, São Paulo; Ana Paula de Oliveira Moraes Soto; Marcia Maurilio Souza; Marileide Gonçalves França (org.). Cadernos de resumo [do...]: pautas para a garantia do financiamento da educação especial. São Paulo: FEUSP, 2024.
31 p.

1. Políticas educacionais. 2. Direito à educação. 3. Financiamento. 4. Educação especial. I. Soto, Ana Paula de Oliveira Moraes (org.). II. Souza, Marcia Maurilio (org.). III. França, Marileide Gonçalves (org.). IV. Título.

CDD 22^a ed. 379.5

Ficha elaborada por: **José Aguinaldo da Silva** – CRB8^a: 7532

COORDENAÇÃO GERAL

Marcia Maurilio Souza - (EDA/USP)
Marileide Gonçalves França (UFES)
Rosângela Gavioli Prieto - (EDA/USP)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto (Unicamp)
Charles de Castro Leite (UFES)
Cymone Martins Cotrim Teixeira (UESB)
Douglas Ferrari de Melo (UFES)
Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)
Hellen Abreu Nascimento Mangefeste (UFES)
Lorrana Oliveira Nunes
Marcia Maurilio Souza (USP)
Marileide Gonçalves França (UFES)
Mirian Rosa Pereira (UEPA)
Patricia Teixeira Moschen Lievore (UFES)
Raphael Demóstenes Cardozo (UFPR)
Rosângela Gavioli Prieto (USP)
Rubens Barbosa de Camargo (USP)
Suzy Mara da Silva Portal (UFPA)
Vanessa Dias Bueno de Castro (USP)

COMITÊ CIENTÍFICO

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto (Unicamp)
Cymone Martins Cotrim Teixeira (UESB)
Douglas Ferrari de Melo (UFES)
Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)
Lorrana Oliveira Nunes (Rede Fineesp)
Marcia Maurilio Souza (USP)
Marileide Gonçalves França (UFES)
Mírian Rosa Pereira (UEPA)
Vanessa Dias Bueno de Castro (USP)

PROGRAMAÇÃO

Dia 15/05/2024

13h Credenciamento

14h Mesa de Abertura - Rede de Pesquisadores/as sobre Financiamento da Educação Especial - Rede Fineesp
 Profa. Dra. Rosângela Gaviolli Prieto (USP)
 Profa. Dra. Marileide Gonçalves França (UFES)
 Prof. Dr. Valdir Heitor Barzotto (USP)

15h Conferência de Abertura - Financiamento da Educação e o Custo Aluno Qualidade
 Conferencista: Prof. Dr. Thiago Alves (UFG)
 Coordenação: Profa. Dra. Marileide Gonçalves França (UFES)

Dia 16/05/2024

09h Mesa temática - Parâmetros de oferta da educação especial para cálculo do custo-aluno
 Palestrante: Profa. Dra. Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR)
 Coordenação: Profa. Dra. Vanessa Dias Bueno de Castro (USP)

12h Intervalo/Almoço

14h-17h Mesa Coordenada - Financiamento da Educação Especial: o que dizem as pesquisas?
 Profa. Ms. Hellen Abreu Nascimento Mangefeste (UFES)
 Profa. Dra. Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)
 Profa. Dra. Vanessa Dias Bueno de Castro (USP)
 Coordenação: Profa. Ms. Patrícia Teixeira Moschen Lievore (UFES)

17h-19:30h Comunicação Oral - Apresentação de trabalhos

Dia 17/05/2024

09h Palestra - Remuneração docente e educação especial
 Palestrante: Prof. Dr. Rubens Barbosa de Camargo (USP)
 Coordenação: Profa. Dra. Gesilaine Mucio Ferreira (UEM)

12h Intervalo/Almoço

14h Conferência de Encerramento - Programas federais e Educação Especial
 Palestrante: Profa. Dra. Nalú Farenzena (UFRGS)
 Coordenação: Profa. Ms. Suzy Rego Portal (UFAC)

16h Reunião da Rede de Pesquisadores/as sobre Financiamento da Educação Especial - Rede Fineesp

APRESENTAÇÃO

O II Simpósio Nacional da Rede de Pesquisadores sobre Financiamento da Educação Especial (Rede Fineesp) teve como tema "Pautas para a garantia do financiamento da Educação Especial". O Simpósio pretendeu se constituir como espaço/tempo de diálogo e reflexão sobre o financiamento da educação especial no Brasil e sua articulação com as políticas públicas e práticas educativas voltadas às/aos estudantes com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação nos diferentes sistemas educacionais brasileiros.

O evento foi realizado por pesquisadoras/es vinculadas/os à Rede Fineesp, pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/USP), pelo Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC/Ufes), pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (PPPGE/UFES) e, também, por seis grupos de pesquisas de cinco universidades brasileiras – Universidade de São Paulo (USP); Universidade Federal do Espírito Santo (UFES); Universidade Estadual de Maringá (UEM); Universidade Estadual do Sul da Bahia (UESB); Universidade Estadual do Pará (UEPA); Universidade Federal do Paraná (UFPR) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) – que desenvolvem estudos no campo da educação especial, focalizando a política educacional, a política orçamentária e financiamento da educação.

A iniciativa teve o intuito de: 1) Fomentar a realização de estudos integrados sobre o financiamento da educação especial no Brasil; 2) Estimular a produção de uma agenda de trabalho que, envolvendo profissionais do ensino e gestoras/es da educação especial, focalize a realização de debates sistemáticos sobre a destinação de recursos voltados à modalidade da educação especial; 3) Colaborar com o debate sobre a importância da produção de indicadores que caracterizem a complexidade da oferta de educação escolar para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação; 4) Incentivar a participação da sociedade civil na avaliação, no acompanhamento, na fiscalização e no controle dos recursos destinados à modalidade da Educação Especial; e 5) Qualificar a produção

científico-acadêmica de professoras/es pesquisadoras/es, estudantes de graduação em atividade de iniciação científica, estudantes de mestrado e doutorado.

O evento, em sua segunda edição, aconteceu entre os dias 15 e 17 de maio de 2024, de forma presencial na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP) e foi transmitido de forma on-line na página do *Youtube* da Faculdade de Educação da USP (Feusp). Contou com Conferência de Abertura, Mesas Temáticas, Mesa Coordenada, Palestras, Conferência de Encerramento, além de apresentação de trabalhos na modalidade presencial. Os trabalhos foram avaliados por um comitê científico formado por professoras/es de diferentes universidades brasileiras. Foram aprovados para comunicação oral no evento 07 (sete) trabalhos, associados às pesquisas no campo do financiamento da educação especial, os quais compõem esta publicação.

Os textos deste caderno de resumos encontram-se distribuídos em dois eixos temáticos: 1) Fundamentos da Educação Especial na Educação Básica e 2) Fundamentos Teóricos e Metodológicos das Pesquisas em Financiamento da Educação Especial.

SUMÁRIO

EIXO TEMÁTICO 1: FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES..... 9

Ariadna Pereira Siqueira Effgen
 Wanessa Zavarese Sechim

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS VOLTADOS À ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES..... 11

Charles de Castro Leite
 Marileide Gonçalves França

GESTÃO ESCOLAR E FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE INTER-RELACIONAL NOS PROCESSOS EDUCATIVOS COM ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL..... 14

Lorena Rosa Gonzaga de Souza
 Marcelo Loureiro Ucelli
 Reginaldo Célio Sobrinho

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA..... 18

Soila Maria Francisco Belo Ramos
 Andreia Weiss

EIXO TEMÁTICO 2: FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS PESQUISAS EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PERSPECTIVAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA..... 22

Ana Julia Sepulcro Barros
 Claudiana Raymundo dos Anjos
 Reginaldo Célio Sobrinho

ENTIDADES PRIVADAS E ASSISTENCIALISTAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	24
Ícaro Belém Horta Josiane Pereira Torres	
FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ: UM OLHAR SOCIOLÓGICO PARA A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS.....	26
Paula Debossan Borges Euluze Rodrigues da Costa Junior Fabiano Duarte Valente	
ORGANIZADORAS E AUTORAS/ES	28

EIXO TEMÁTICO 1:

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NA EDUCAÇÃO BÁSICA

A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO NA REDE MUNICIPAL DE NOVA VENÉCIA/ES

Eixo temático: Financiamento da Educação Especial na Educação Básica

Ariadna Pereira Siqueira Effgen¹
Wanessa Zavarese Sechim²

¹ Instituição: Instituto Federal do Espírito Santo

² Instituição: Prefeitura Municipal de Nova Venécia/Secretaria Municipal de Educação

Resumo

No início do ano de 2021, a Secretaria Municipal de Educação de Nova Venécia e o Instituto Federal do Espírito Santo - campus Nova Venécia - estabeleceram uma parceria visando a elaboração das Diretrizes Operacionais da Educação Especial no município de Nova Venécia/ES, em conformidade com uma das metas estabelecidas pelo Plano Nacional de Educação (2014-2024), com o objetivo de assegurar os direitos das crianças/alunos vinculados à Educação Especial o acesso à educação de qualidade na rede municipal. Este esforço conjunto foi realizado por meio de um projeto de Extensão intitulado "Construção das diretrizes municipais da Educação Especial de Nova Venécia/ES: formação, construção e elaboração". O presente trabalho é fruto do projeto de extensão citado, que tinha como objetivo construir as diretrizes municipais da Educação Especial de Nova Venécia. Ao longo do ano de 2021, estas diretrizes foram elaboradas de forma colaborativa, com a participação de profissionais da educação vinculados ao município e representantes da sociedade civil. Quando as reuniões para a elaboração das diretrizes começaram, a equipe de Educação Especial reconheceu a oportunidade de transformar esse momento em uma experiência formativa. Decidiu-se, então, que as formações seriam realizadas presencialmente e abertas à participação da sociedade, incluindo instituições civis. Estas formações ocorreram nos meses de julho a setembro de 2021, com foco no aprofundamento dos temas relacionados à Educação Especial. Foram realizados Grupos de trabalhos formativos nas seguintes temáticas: políticas públicas, financiamento da educação, práticas pedagógicas, currículo, avaliação, formação continuada, caracterização do público-alvo da Educação Especial, atendimento educacional especializado e trabalho colaborativo, relação família-escola. Utilizamos os grupos focais como via dos percursos metodológicos. A construção de uma política pública evoca o debate sobre financiamento da educação, pois ela precisa ser pensada a curto, médio e longo prazo. Tomamos como marcos legais a CF de 1988, a LDB de 1996, a PNEEPEI de 2008, Resolução nº 4 de 2009, documentos estaduais e municipais entre outros. Buscamos dialogar com Cury (2002, 2005, 2007, 2014) e Prieto (2009) para pensarmos os movimentos da política pública e do Financiamento da mesma. A rede municipal de Nova Venécia conta com os seguintes profissionais de apoio da educação especial: 17 professores de educação especial com atuação mais centrada no atendimento educacional especializado, 125 professores de educação especial com atuação centrada na sala de aula (acompanha uma ou mais sala de aula até o limite de 3 salas e até 5 alunos a depender do nível de suporte dos

alunos matriculados nas salas de aulas comuns), aproximadamente 47 cuidadores e 1 professor bilíngue. No ano de 2024, temos em torno de 405 alunos matriculados na rede municipal. O município tem financiado a manutenção dessa realidade pela via do FUNDEB, buscando manter a qualidade de ensino e uma escola verdadeiramente inclusiva. As diretrizes foram aprovadas em dezembro de 2022 e não se constitui em um documento pronto e acabado, mas está em constante modificação de acordo com as demandas que surgem, atualmente o referido documento está sendo atualizado por meio do Conselho Municipal de Educação.

Palavras-chave: Políticas Públicas. Financiamento. Educação Inclusiva.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília, DF: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducoespecial.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Resolução nº 4, de 2 de outubro de 2009. Institui as Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, na modalidade Educação Especial. Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 5 out. 2009.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, jun. 2002.

CURY, C. R. J. Educação inclusiva como direito. *In*: SEMINÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 3. 2014., Vitória [e] SEMINÁRIO CAPIXABA DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA, 14., 2014, Vitória. **Anais...** v. 1. Vitória: Ufes, 2014. p. 1-15.

CURY, C. R. J. **Os fora de série na escola**. Campinas: Autores Associados, 2005.

PRIETO, R. G. Educação especial em municípios paulistas: histórias singulares ou tendência unificadora? *In*: BAPTISTA, C. R.; JESUS, D. M. (org.). **Avanços em políticas de inclusão: o contexto da educação especial no Brasil e em outros países**. Porto Alegre: Mediação, 2009. p. 57-78.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: UMA ANÁLISE DOS RECURSOS VOLTADOS À ESCOLARIZAÇÃO DOS ESTUDANTES SURDOS E COM DEFICIÊNCIA AUDITIVA NO MUNICÍPIO DE CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES

Eixo temático: Financiamento da educação especial na educação básica

Charles de Castro Leite¹
Marileide Gonçalves França¹

¹ Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O acesso e permanência dos educandos elegíveis à educação especial em classes comuns da rede regular de ensino, está legitimado pela Constituição Federal de 1988 (CF/88). Contudo, para a sua materialização, faz-se necessário pensar no financiamento da educação (França; Pietro, 2021). Nesse contexto, incluem-se a reflexão e análise dos recursos direcionados a garantia do processo de escolarização do estudante surdo e com deficiência auditiva, nos sistemas municipais de ensino brasileiros, pautada nas orientações da Política Nacional de Educação Especial, na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008). Assim, temos como objetivo geral investigar o financiamento da educação especial na rede municipal de ensino de Cachoeiro de Itapemirim/ES, em relação ao processo de escolarização do discente surdo e com deficiência auditiva, no período de 2018 a 2022. Para o desenvolvimento da pesquisa, assumimos como embasamento teórico as normativas nacionais da educação especial e do financiamento da educação no Brasil, incluindo autores como: Araújo (2011, 2016); Cury (2002, 2007); Jannuzzi (2004); Mazzotta (2011); Kassar (2011); Strobel (2009); Campello e Quadros (2010); Oliveira (1998); Salvador (2010, 2012a, 2012b); e Melchior (1991). Como metodologia, propomos a pesquisa de natureza qualitativa (Ludke; André, 2017) do tipo documental (Gil, 2016), por meio da análise de conteúdo (Franco, 2005). Dentre os documentos elencados para responder nosso objetivo, citamos o Plano Plurianual (PPA); a Lei Orçamentária Anual (LOA); a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO); o Relatório de Execução Orçamentária (RREO); o Plano Municipal de Educação; Política de Educação Especial do Município; dentre outros. Como resultado parcial de nosso estudo em andamento, inferimos que a média das despesas liquidadas da Função “Educação”, referente ao período de 2018 a 2022, em valores nominais, corresponde a R\$ 146.673.529,32. O total destinado a essa Função oscilou ano a ano, mas, de modo geral, constatamos um aumento de 29% nas despesas liquidadas, no período. Quanto às subfunções dessa mesma função, o maior desprendimento de receita foi direcionado às subfunções da “Educação Infantil” (54%) e “Ensino Fundamental” (44%), respectivamente. Já a subfunção “Educação Especial”, apesar da constatação de crescimento das receitas liquidadas, sua representatividade foi cerca de 2%. Nesse sentido, notamos que houve um investimento do poder público municipal na educação especial, contudo, faz-se necessária a continuidade desse estudo com o intuito de realizar a análise do detalhamento das despesas com essa modalidade de ensino e se esse quantitativo assegura uma oferta educacional de qualidade para os estudantes surdos e com deficiência auditiva matriculados na rede municipal de ensino de Cachoeiro de

Itapemirim-ES, considerando que é impossível conceber educação de qualidade sem financiamento por parte do Estado.

Palavras-chaves: Financiamento. Educação Especial. Educação de Surdos.

Referências

ARAÚJO, G. C. de. Do programa ao diagrama: uma contribuição sócio-histórica para a relação entre estado, cidadania e direito à educação. **Revista Inter Ação**, Goiânia, v. 41, n. 1, p. 213-232, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/interacao/article/view/36475>. Acesso em: 31 maio 2023.

ARAÚJO, G. C. de. Estado, política educacional e direito à educação no Brasil: “o problema maior é o de estudar”. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 39, p. 279-292, jan./abr. 2011. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/15800/14128>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, DF: MEC/SEESP, 2008.

CAMPELLO, A. R. S.; QUADROS, R. M. **LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais: curso de licenciatura em matemática na modalidade a distância**. Florianópolis: UFSC, 2010.

CURY, C. R. J. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política Educacional**, Belo Horizonte, v. 23, n. 3, p. 483-495, set./dez. 2007. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpaee/article/view/19144>. Acesso em: 31 maio 2023.

CURY, C. R. J. Direito à educação: direito à igualdade, direito à diferença. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 116, p. 245-262, 2002. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/563>. Acesso em: 28 nov. 2022.

FRANÇA, M. G.; PRIETO, R. G. Disputa pelo fundo público no financiamento da educação especial: correlações de forças entre o público e o privado. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 37, n. 1, p. 351-372, 2021. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpaee/article/view/106449>. Acesso em: 30 nov. 2022.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Líber Livro, 2005.

GIL, A. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2016.

JANNUZZI, G. de M. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2004.

KASSAR, M. de C. M. Educação especial na perspectiva da educação inclusiva: desafios da implantação de uma política nacional. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 41, p. 61-79, jul./set., 2011.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagem qualitativa. 2. ed. Rio de Janeiro: E.P.U., 2017.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil**: história e políticas públicas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MELCHIOR, J. C. A. Financiamento da educação: gestão democrática dos recursos financeiros públicos em educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, DF, v. 72, n.172. p.262-290, set./dez. 1991.

OLIVEIRA, F. de. **Os direitos do antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis: Vozes, 1998.

SALVADOR, E. Financiamento tributário da política social no pós-real. *In*: SALVADOR, E. *et al.* (org.). **Financeirização, fundo público e política social**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2012a. p. 123-152.

SALVADOR, E. Fundo público e financiamento das políticas sociais no Brasil. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 14, p. 4-22, 2012b.

SALVADOR, E. **Fundo público e seguridade social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010. 420 p.

SALVADOR, E.; TEIXEIRA, S. O. Orçamento e políticas sociais: metodologia de análise na perspectiva crítica. **Revista de Políticas Públicas**, v. 18, n. 1, p. 15-32, 2014.

STROBEL, K. L. **História da educação de surdos**. Florianópolis: UFSC, 2009. Material disciplina Letras/Libras.

GESTÃO ESCOLAR E FINANCIAMENTO: UMA ANÁLISE INTER-RELACIONAL NOS PROCESSOS EDUCATIVOS COM ESTUDANTES PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eixo temático: Financiamento da educação especial na educação básica

Lorena Rosa Gonzaga de Souza¹

Marcelo Loureiro Ucelli¹

Reginaldo Célio Sobrinho¹

¹ Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A pesquisa em questão aborda a inter-relação entre a gestão escolar e os processos educativos vivenciados por estudantes com deficiência no ensino regular, com foco na aprendizagem. Destaca-se que se trata de uma pesquisa em desenvolvimento, portanto, ainda não há resultados a serem apresentados. O objetivo geral é realizar análises aprofundadas sobre essa inter-relação, considerando o mapeamento da política orçamentária e o financiamento. Busca-se compreender o planejamento e a utilização da estrutura física, recursos e materiais especializados nas instituições de ensino, além de elaborar apontamentos sobre as implicações das propostas e planos de ação conduzidos pelas equipes de gestão nos processos educativos dos Estudantes Público da Educação Especial (EPAEE). A pesquisa será conduzida por meio de estudo de caso em uma escola da rede estadual do Espírito Santo, utilizando uma abordagem qualitativa. Os procedimentos para a coleta de dados incluem a solicitação à Secretaria de Estado da Educação e às unidades de ensino para a realização do estudo, a apresentação do estudo para a equipe de gestão das unidades de ensino e aos professores, consulta documental e observação do cotidiano das unidades de ensino. A fundamentação teórica baseia-se em Vitor Paro (2017), que destaca a relevância da autonomia escolar e da participação democrática para a inclusão efetiva de estudantes com deficiência, e em Elias (2000), que, através de uma perspectiva sociológica, aborda as interações sociais e as estruturas que configuram a experiência educativa desses estudantes. Jesus *et al.* (2015) fornecem embasamento para a gestão na educação especial. Integrando essas abordagens, a pesquisa visa não apenas entender as práticas de gestão, mas também desvelar as complexas redes de interações sociais no ambiente escolar inclusivo.

Palavras-chave: Financiamento. Educação Especial. Gestão Escolar. Política Orçamentária.

Referências

ANDRÉ, M. E. D. A. Estudo de caso: seu potencial na educação. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 49, p. 51-54, 1984.

BAZILATTO, A. **Condições de qualidade na oferta educacional para estudantes com deficiência intelectual no Espírito Santo**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 18 jun. 2024.

CASTRO, V. D. B. **Financiamento da educação especial no município de Campinas – SP no período entre 2012 e 2017**. 2020. Tese (Doutorado) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.

EMÍLIO, R. J. D. **A processualidade da gestão de uma escola de ensino fundamental na interdependência com a educação especial**. 2023. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2023.

ELIAS, N. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Trad. Vera R. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 10.382, de 24 de junho de 2015. Aprova o Plano Estadual de Educação do Espírito Santo –PEE/ES, período 2015-2016. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 25 jun. 2015.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 10.489, de 14 de janeiro de 2016. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2016-2019 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 15 jan. 2016.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 10.874, de 13 de julho de 2018. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual – LDO para o ano de 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 13 jul. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 10.978, de 17 de janeiro de 2019. Dispõe sobre a Lei Orçamentária anual – LOA para o ano de 2019 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 18 jan. 2019.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.011, de 05 de julho de 2019. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual – LDO para o ano de 2020 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 05 jul. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.095, de 07 de janeiro de 2020. Dispõe sobre o Plano Plurianual – PPA para o quadriênio 2020-2023 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 08 jan. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.096, de 08 de janeiro de 2020. Dispõe sobre a Lei Orçamentária anual – LOA para o ano de 2020 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 09 jan. 2020.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.168, de 17 de set de 2020. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual – LDO para o ano de 2021 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 17 set. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.231, de 06 de janeiro de 2021. Dispõe sobre a Lei Orçamentária anual – LOA para o ano de 2021 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 07 jan. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.354, de 04 de agosto de 2021. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual – LDO para o ano de 2021 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 04 ago. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.509, de 11 de janeiro de 2022. Dispõe sobre a Lei Orçamentária anual – LOA para o ano de 2022 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 12 jan. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.677, de 27 de julho de 2022. Dispõe sobre a Lei de Diretrizes Orçamentárias anual – LDO para o ano de 2023 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 27 jul. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Lei n.º 11.767, de 09 de fevereiro de 2023. Dispõe sobre a Lei Orçamentária anual – LOA para o ano de 2022 e dá outras providências. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 10 fev. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN). **Painel interativo do Plano Estadual de Educação - PEE/ES: meta 4 para educação especial 2015-2025**. Vitória: IJSN, 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). **Diretrizes pedagógicas para a rede estadual de ensino do Espírito Santo**. Núcleo estadual de apoio pedagógico à inclusão escolar - NEAPIE, Vitória: SEDU, 2023. Disponível em: <https://sedu.es.gov.br/Not%C3%ADcia/sedu-elabora-diretrizes-pedagogicas-para-2023>. Acesso em: 10 nov. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). **Edital de Credenciamento n.º 1/2020**. Dispõe do credenciamento de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos para atendimento educacional especializado [...]. Vitória, ES, 2020. Disponível em: <https://encurtador.com.br/86pg4>. Acesso em: dez. 2023.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Portaria n.º 132-R, de 13 de junho de 2022. Propõe a criação dos Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar (NEAPIEs). **Diário oficial do Espírito Santo**, Vitória, 13 jun. 2022.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Portaria n.º 148-R, de 17 de junho de 2021. Estabelecer normas, procedimentos e demais condições para a Chamada Pública Escolar da rede estadual do Espírito Santo para o ano letivo de 2021. **Diário oficial do Espírito Santo**, Vitória, 17 jun. 2021.

ESPÍRITO SANTO. Secretaria de Estado da Educação (SEDU). Portaria n.º 240-R, de 09 de novembro de 2023. Estabelece normas para a localização dos professores efetivos para atuarem no atendimento educacional especializado – AEE nas salas de recursos e também professores e pedagogos para atuarem nos Núcleos Estaduais de Apoio Pedagógico à Inclusão Escolar (NEAPIEs), para o ano de 2024. **Diário Oficial do Espírito Santo**, Vitória, 09 nov. 2023.

JESUS, D. M.; PANTALEÃO, E.; DE ALMEIDA, M. L. Formação continuada de gestores públicos de educação especial: Políticas locais para a inclusão escolar. **Archivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 23, p. 1-20, 2015.

NUNES, L. O. **Financiamento da educação especial no município de Imperatriz – MA (2018 – 2021)**. 2022. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós - Graduação em Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2022.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 2017.

PORTAL, S. M. S. **O financiamento da educação especial no Município de Belém - PA: contradições e desafios no processo de inclusão escolar das pessoas com deficiência**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2020.

PROFESSORES DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: UM OLHAR PARA O REGIME DE DESIGNAÇÃO TEMPORÁRIA

Eixo temático: Financiamento da educação especial na educação básica

Soila Maria Francisco Belo Ramos¹

Andreia Weiss²

^{1,2} Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

A identidade profissional docente consiste em uma construção do “eu profissional”, que vai se constituindo com o processo de experiências, vivências e consciência profissional, de modo que é através da identidade profissional que os docentes se percebem, se definem e definem os outros. Dessa forma, temos como objetivo compreender as políticas públicas de contratação e de remuneração dos professores em vínculo de Designação Temporária (DT) que atuam diretamente nas salas de recurso multifuncional (SRM) no município de Cachoeiro de Itapemirim-ES. Como percurso metodológico, partimos de um estudo de cunho qualitativo, tendo como instrumentos de produção de dados a pesquisa bibliográfica em que visamos discutir sobre atuação e identidade profissional docente e, a consulta documental, em que analisamos legislações, documentos da Secretaria Municipal de Educação e dados do Laboratório de Dados Educacionais com a finalidade de compreender o universo que permeia os professores que atuam em designação temporária na rede municipal de Cachoeiro de Itapemirim-ES. De acordo com os dados construídos, constatamos que 52,4% dos professores que atuam na rede municipal são DTs e, que o município possui aproximadamente 50 SRM, atendendo em torno de 700 alunos. Outro ponto relevante, é que, para atuar no atendimento aos educandos elegíveis à Educação Especial, é necessário que o professor apresente formação complementar específica em educação especial, a exigência compete tanto aos professores efetivos como também aqueles em vínculo de DT. O vínculo de atuação nas salas de SRM pode ser de 25 (vinte e cinco) ou 40 (quarenta) horas, considerando que a maioria desses profissionais atuam de forma alternada em duas ou até mesmo três escolas. Essa jornada alternada, intensa e desgastante é designada àqueles profissionais que atuam como DTs. Nesse primeiro momento, enfatiza-se que há uma distinção entre os professores efetivos que atuam nas SRM e os DTs que atuam nas SRM por conta da não realização de concursos públicos, levando a uma contratação precarizada, deixando esses profissionais sem a percepção de continuidade do seu trabalho docente (pois os contratos são renovados de tempo em tempo) e sem os direitos e garantias que o professor com vínculo efetivo possui: plano de carreira, prêmio incentivo, ticket alimentação e licenças. Nesse contexto, percebemos que a contratação temporária, que, a cada ano apresenta-se maior no referido município, tem como consequência a prática da precarização das condições de trabalho em educação, comum e persistente pelos estados e municípios brasileiros, porém, com diferentes nomenclaturas: temporários, provisórios, substitutos, entre outras. É viável salientar que a precarização do trabalho é um fenômeno que emerge a partir das novas formas e relações de trabalho, a perceber a falta de concursos públicos, ocasionando na permuta do trabalhador estável no serviço público pelo trabalhador temporário ou com regime parcial de trabalho (Costa; Muleller, 2021).

Palavras-chaves: Identidade docente. Desvalorização. Sala de Recurso Multifuncional.

Referências

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 12.425, de 17 de Junho de 2011**. Altera a Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993, no tocante à contratação de professores. Brasília, DF: Casa Civil, 2011. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/112425.htm. Acesso em: jun. 2022.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: linha de base**. Brasília, DF: INEP, 2015.

BRASIL. Ministério da Educação. **Censo Escolar 2022**. Brasília, DF: MEC, 2022. Disponível em: <https://portaleduca.educacao.gov.br/censo/o-que-e-o-censo-escolar/>. Acesso em: ago. 2022.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM. Lei n.º 6.123. Dispõe sobre o Plano Municipal de Educação – PME e dá outras providências. **Diário de Cachoeiro de Itapemirim-ES**, 30 jan. 2008.

CELLARD, A. A Análise Documental. *In*: POUPART, J. *et al.* (Orgs.) **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008. p. 295 - 316.

COSTA, M. F.; MUELLER, R. (2021). FLEXIBILIZAÇÃO E PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: uma análise das condições de trabalho dos Professores Admitidos em Caráter Temporário no Magistério Público de Santa Catarina. **Revista De Ciências Sociais**, 1(53), 2021, p. 181–197. <https://doi.org/10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n53.52321>

ESPÍRITO SANTO. **Lei Complementar nº 809, de 25 de setembro de 2015**. Dispõe sobre a contratação por tempo determinado pelo Estado do Espírito Santo para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal e do inciso IX do art. 32 da Constituição Estadual, e dá outras providências. Vitória: [s. n.], 2015.

FREIRE, P. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 1991.

GATTI, B. A. **A construção da pesquisa em educação no Brasil**. Brasília, DF: Plano, 2002. 86p.

GATTI, B. A. Formação continuada de professores: a questão psicossocial. **Cadernos de Pesquisa**, [on-line], n. 119, p. 191-204, 2003.

GATTI, B. A. Os professores e suas identidades: o desvelamento da heterogeneidade. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 98, p. 85-90, ago. 1996.

GATTI, B. A.; BARRETO, E. S. S.; ANDRÉ, M. E. D. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília, DF: Unesco, 2011.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo escolar: microdados do censo escolar da educação básica. 2019-2020**. Brasília, DF: 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: jan. 2022.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARIN, A. J.; SAMPAIO, M. M. F. Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 25, n. 89, set./dez. 2004, p. 1203-1225.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

OLIVEIRA, D. A. Os trabalhadores docentes no contexto de nova regulação educativa: análise da realidade brasileira. *In*: SEMINÁRIO REDESTRADO - NUEVAS REGULACIONES EN AMÉRICA LATINA, 7., 2008, Buenos Aires. **Anais...** Buenos Aires: [s. n.], 2008. p. 1-17.

PIMENTA, S. G. Formação de professores: identidade e saberes da docência. *In*: PIMENTA, S. G. **Saberes pedagógicos e atividade docente**. São Paulo: Cortez, 1999. p. 15- 34.

SÁ-SILVA, J. R.; ALMEIDA, C. D.; GUINDANI, J. F. Pesquisa documental: pistas teóricas e metodológicas. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 1, n. 1, p. 1-15, jul. 2009.

SOUZA, M. N. de. **Condições de trabalho e remuneração docente: o caso do professor temporário na rede estadual de ensino do Paraná**. 2011. 202 p. Dissertação (Mestrado em Educação) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2011.

EIXO TEMÁTICO 2:

FUNDAMENTOS TEÓRICOS E METODOLÓGICOS DAS PESQUISAS EM FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PERSPECTIVAS SOBRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA: UMA ANÁLISE DA PRODUÇÃO ACADÊMICA BRASILEIRA

Eixo temático: Fundamentos teóricos e metodológicos das pesquisas em
financiamento da educação especial

Ana Julia Sepulcro Barros¹
Claudiana Raymundo dos Anjos²
Reginaldo Célio Sobrinho³

^{1,2,3} Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O presente texto origina-se de um subprojeto de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa mais amplo cadastrado na Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PRPPG), intitulado “Práticas pedagógicas e de gestão escolar constituintes dos processos educativos inclusivos em realidades brasileiras e mexicanas”. Essa pesquisa mais ampla visa analisar aos processos de gestão escolar e trabalho docente na garantia do direito à educação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação no Brasil e no México. O foco de estudo e das análises desta pesquisa mais ampla tem sido a Educação Especial e as relações de interdependência dessa modalidade em interface com a educação geral, considerando a questão orçamentária como um dos elementos fundantes nessa relação. Delineado o referido contexto, neste estudo, objetivamos tecer compreensões sobre se e como o uso dos recursos financeiros e dos materiais específicos e/ou especializados compõem as práticas pedagógicas no processo de escolarização de estudantes público-alvo da Educação Especial. Para tanto, realizamos um levantamento das produções acadêmicas brasileiras sobre os temas financiamento, recursos públicos e estudantes público-alvo da Educação Especial dos anos de 2018 a 2023, visando identificar nessas produções como os estudantes público-alvo da Educação Especial estão sendo contemplados nos programas ou planos de gestão escolar no tocante à questão orçamentária. O processo de busca e seleção dos textos ocorreu por meio de sites como o *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), que se configura como uma biblioteca virtual de revistas científicas brasileiras em formato eletrônico, bem como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) que integra os sistemas de informação de teses e dissertações existentes nas instituições de pesquisa do Brasil. Por fim, a última busca foi realizada no site da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca). Nosso estudo constitui-se como uma pesquisa bibliográfica de caráter exploratório (Franco, 2005), de natureza qualitativa, onde utilizaremos documentos e estudos que abordam a temática investigada. As discussões estão ancoradas nas formulações teórico-metodológicas da sociologia figuracional, elaboradas por Norbert Elias (1993, 1994, 2006), nos apoiando mais especificamente sobre os conceitos de interdependência e processo social. Como resultado preliminar, observa-se que, apesar da existência de políticas públicas voltadas para a Educação Especial, persistem lacunas na forma como os recursos financeiros referentes a essa modalidade da educação são geridos, dificultando o investimento adequado e comprometendo o desenvolvimento dos alunos. As análises iniciais nos permitiram

compreender a importância de políticas e de práticas de gestão orçamentária da educação especial mais explícitas e detalhadas, que considerem as especificidades dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, altas habilidades e superdotação.

Palavras-chaves: Financiamento. Educação Especial. Sociologia Figuracional.

Referências

ELIAS, N. **O processo civilizador**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994a.

ELIAS, N. **O processo civilizador**: formação do estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

ELIAS, N. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994b.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília, DF: Líder Livro, 2005.

ENTIDADES PRIVADAS E ASSISTENCIALISTAS NA FORMULAÇÃO DE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Eixo temático: Fundamentos teóricos e metodológicos das Pesquisas em financiamento da educação especial

Ícaro Belém Horta¹
 Josiane Pereira Torres²

^{1,2} Instituição: Universidade Federal de Minas Gerais

Resumo

No processo de formulação de políticas públicas, emergem-se diversos atores que buscam adicionar influências na formulação de políticas visando atender os mais variados interesses em prol – ou não – daquilo que seria mais benéfico para a sociedade que está inserida. No contexto histórico brasileiro, os recursos para instituições filantrópicas são assegurados desde o ano de 1961, com a Lei de Diretrizes e Bases – Lei n.º 4.024/1961 – permitindo que elas sejam complementadas financeiramente com recursos públicos. Esta permissão ocorre até os dias atuais, adaptando-se conforme períodos políticos, tornando mais – ou menos – evidente os interesses financeiros deste grupo. Neste sentido, ao debater o financiamento da educação, em específico da Educação Especial, um grupo de agentes emerge para esta temática: as entidades e instituições privadas e assistencialistas de ensino especializado. Nesse âmbito, as disputas sobre os recursos financeiros e sua destinação para essas entidades são alvo de disputas no campo do financiamento desses atores. A pesquisa em questão – ainda em caráter inicial – se constitui na busca por compreender esta situação e responder à pergunta “como os atores do setor privado e de caráter assistencialista configuram seus interesses na formulação de políticas públicas de financiamento da Educação Especial?”. Para tal, tem-se como base uma pesquisa de caráter qualitativo, por meio de uma análise comparativa baseada em estudo de caso (Gil, 2002). Assim, selecionou-se as seguintes normativas para o estudo: a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (Lei n.º 9.394/1996); a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizagem ao Longo da Vida (Decreto n.º 10.502/2020); e a Lei de regulamentação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – conhecido como Novo Fundeb (Lei n.º 14.113/2020). Complementa-se aos estudos as técnicas de análise documental e de entrevistas semiestruturadas com pessoas que estiveram na formulação das referidas legislações. Tem-se como base teórica e metodológica a abordagem do Ciclo de Políticas (Bowe; Ball; Gold, 1992; Ball, 1993, 1994; Mainardes, 2006) e as proposições e discussões sobre a Nova Filantropia (Avelar, 2018, 2023; Avelar; Ball, 2017), em especial nas ações filantropicistas que emergem nessa disputa por recursos. Por fim, busca-se estruturar uma base analítica que evidencie práticas e estratégias utilizadas por estes grupos para obter atenção na Agenda Política (Capella, 2018; Kingdon, 1984, 2011) e emergir nas arenas decisórias e de tomadas de poder. É relevante apontar que se trata de um projeto de pesquisa em desenvolvimento, em caráter inicial, não havendo, portanto, a presença de resultados explícitos, mas verifica-se um campo fértil para estudos, uma vez que com base em

revisão de literatura, verifica-se uma quantidade ínfima de trabalhos que utilizem a perspectiva da Nova Filantropia e do Filantropocapitalismo na formulação de políticas públicas de financiamento da Educação Especial (Lehmkuhl, 2018, 2021; Nunes; Rodrigues, 2022; Peroni, 2015, 2016, 2018; Rafante; Silva; Caiado, 2019).

Palavras-chaves: Formulação de Políticas. Financiamento. Educação Especial. Filantropia. Instituições privadas

Referências

BALL, S. J.; OLMEDO, A. A “nova” filantropia, o capitalismo social e as redes de políticas globais em educação. *In*: PERONI, V. M. V.; LIMA, P. V. de; KADER, C. R. **Redefinições das fronteiras entre o público e o privado: implicações para a democratização da educação**. Brasília, DF: Liber Livro, 2013. p. 33-47.

LEHMKUHL, M. S. A filantropia como gênese da educação especial. **Revista Educação Especial**, v. 34, p. 1-15, 2021.

LEHMKUHL, M. S. **A reconfiguração da Federação Nacional das Apaes (Fenapaes) no estabelecimento da relação entre público e privado nas políticas de educação especial (1974/2016)**. 2018. 173 f. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: História, Política, Sociedade, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018.

MAIA, M. C. A. **Giving with an agenda: new philanthropy’s labour in “glocal” education networks of governance**. 2018. Tese (Doutorado) – University College London, London, 2018.

NUNES, L. O.; RODRIGUES, A. C. S. Público-privado no financiamento da educação especial: quem ganha e quem perde no mercado da benemerência? **SciELO Preprints**, 2022.

PERONI, V. M. V. As nebulosas fronteiras entre o público e o privado na educação básica brasileira. *In*: REUNIÃO NACIONAL DA ANPED, 37., 2015, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: Anped, 2015. p. 18-18.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, Braga, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

PERONI, V. M. V. Relação público-privado na educação básica: a democratização da educação? **Movimento: Revista da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense**, Niterói, v. 3, n. 5, p. 67-75, 2016.

RAFANTE, H. C.; SILVA, J. H.; CAIADO, K. R. M. A Federação Nacional das APAES no contexto da ditadura civil-militar no Brasil: construção da hegemonia no campo da educação especial. **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 64, 2019.

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO MUNICÍPIO DE GUAÇUÍ: UM OLHAR SOCIOLÓGICO PARA A ESCOLARIZAÇÃO DOS SURDOS

Eixo temático: Fundamentos teóricos e metodológicos das pesquisas em financiamento da educação especial

Paula Debossan Borges¹

Euluze Rodrigues da Costa Junior²

Fabiano Duarte Valente³

^{1,2,3} Instituição: Universidade Federal do Espírito Santo

Resumo

O financiamento da Educação Especial é essencial para a implantação, efetivação, manutenção e avaliação das políticas públicas educacionais (França; Prieto, 2021). Desse modo, a maneira como esse financiamento é estruturado dentro do planejamento orçamentário do município e sua alocação nas redes de ensino podem indicar/influenciar significativamente tanto a disponibilidade quanto a qualidade dos serviços oferecidos a esses alunos (Portal, 2018). Dentro desse cenário, inclui-se a reflexão sobre a escolarização do aluno surdo que, pela legislação vigente, tem sido entendida como sendo bilíngue. A surdez ganha destaque neste estudo a partir de uma defesa de que ela é entendida e produzida pelo viés da diferença cultural e linguística (Lopes, 2007). Diante dessa contextualização, o presente texto parte de uma pesquisa de dissertação em andamento, que tem como objetivo analisar, no âmbito do financiamento público, a aplicação de recursos financeiros na educação de surdos do Município de Guaçuí – ES. Quanto à metodologia, caracteriza-se como um estudo de caso, empregando métodos de análise documental e rodas de conversa. De acordo com Gil (2002) por meio da análise documental, temos a possibilidade de tratarmos de fontes “em primeira mão” e que não receberam nenhum tipo de tratamento analítico e podem ser reelaborados conforme os objetivos da pesquisa. Desse modo, os documentos que serão analisados serão o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentária (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA) da gestão atual, compreendendo os anos de 2022 a 2025. Para tanto, o estudo será conduzido na Secretaria Municipal de Educação, em Guaçuí, e contará, ainda, com a execução de uma roda de conversa com a participação de gestores e responsáveis pela educação especial local. No que diz respeito ao referencial teórico, este estudo se apoia nos constructos da Sociologia Figuracional desenvolvida pelo sociólogo Norbert Elias (2000). Portanto, subsidiados pela perspectiva eliasiana, especificamente, pela noção de poder na tessitura da figuração estabelecidos-outsiders, como resultados parciais, entendemos que o financiamento público da educação se configura como uma das maneiras físicas representativas da complexa e heterogênea rede de inter-relações nas sociedades atuais, pois “o dimensionamento desses gastos permite compreender e mensurar a importância dada a cada política pública no contexto histórico da conjuntura econômica, social e política vivenciada no país” (Salvador, 2012, p. 8). A partir de uma análise prévia dos documentos orçamentários do município, é possível identificar que a educação especial recebeu atenção no planejamento financeiro municipal, evidenciando o compromisso do município em alocar recursos financeiros para essa modalidade de ensino, visando garantir o

acesso à educação aos alunos público da Educação Especial. No entanto, no que se refere a educação bilíngue de surdos, é fundamental prosseguir com os estudos, na tentativa de analisar se houve previsão de gastos para a escolarização desses sujeitos por parte do poder público municipal e, se houve, se essa suposta quantia tem financiado a escolarização de surdos na perspectiva da diferença cultural e linguística sustentada pelas garantias da legislação em vigor de uma educação bilíngue aos alunos surdos do município.

Palavras-chaves: Educação Bilíngue. Surdos. Financiamento. Sociologia Figuracional.

Referências

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.

ELIAS, N; SCOTSON, J. L. 1897-1990. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

LOPES, M. C. **Surdez e educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

PORTAL, S. M. S. As políticas de financiamento da educação especial: análise das perspectivas e desafios do município de Belém do Pará. *In*: ENCONTRO FINEDUCA, 6., 2018, Campinas. **Anais...** Campinas: [s. n.], 2018. p. 356-366.

SALVADOR, E. **Fundo Público e Seguridade Social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2010.

Organizadoras e Autoras/es

Ana Júlia Sepulcro Barros – Técnica em manutenção de sistemas metroferroviários — Instituto Federal do Espírito Santo (IFES), membro da comissão visual do Gestão e Inclusão Escolar: Contextos e Processos Sociais (GRUPGIE), graduanda em Pedagogia pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Pesquisadora no campo de orçamento e recursos públicos na perspectiva da Educação Especial. E-mail: julinhasbarros@gmail.com.

Ana Paula de Oliveira Moraes Soto – Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Mestre em Educação pela Universidade de São Paulo (USP), Pedagoga pela Universidade Estadual de Feira de Santana; Professora Assistente da Universidade do Estado da Bahia (Uneb). Integra o Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais (GREPPE/Unicamp) e a Rede de Pesquisadoras/es sobre Financiamento da Educação Especial (Rede-Fineesp). E-mail: p.anasoto3@gmail.com.

Andréia Weiss – Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Mestre em Educação (PPGE/UFSM), Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (PPGE/UFES). Professora vinculada ao DMV/CCA/E/UFES. Leciona na graduação nos cursos de formação de professores. Professora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores – PPGEEDUC/UFES. Tem atuado, tanto no ensino como na pesquisa, com temas relacionados à Formação de Professores e Políticas Públicas Educacionais. E-mail: andrea.weiss@ufes.br.

Ariadna Pereira Siqueira Effgen – Doutora em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2017). Possui graduação em Pedagogia (2005), Mestrado em educação (2011) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES). E-mail: ariadna.effgen@ifes.gov.br. Orcid: <https://orcid.org/0009-0005-5243-0103>.

Charles de Castro Leite – Licenciado em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Serra. Especialista em Tradução e Interpretação de Libras pelo Instituto Superior de Educação Ateneu e Educação Especial e Inclusiva pela Faculdade Venda Nova do Imigrante. Mestrando em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC/UFES). Integrante da Rede de Pesquisadoras/es sobre Financiamento da Educação Especial (Rede-Fineesp). Atualmente é Professor da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Cachoeiro de Itapemirim – ES, lotado na Coordenação de Educação Especial da Secretaria Municipal de Educação. E-mail: ccl Leite89@gmail.com.

Claudiana Raymundo dos Anjos – Mestre em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2020). Graduada em Artes Visuais pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) (2015) e doutoranda em Educação, nas linhas de pesquisa de educação especial e processos inclusivos. Possui pós-graduação em Educação Especial e Educação Inclusiva e Aperfeiçoamento em Deficiência Intelectual. E-mail: claudianaanjos.profe@gmail.com.

Euluze Rodrigues da Costa Junior – Doutor (2021) e Mestre (2015) em Educação pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professor do Programa de Pós Graduação Profissional em Educação (PPGPE/CE/UFES). Editor-Chefe da Revista Educação Especial em Debate (REED). Pesquisador do grupo de pesquisa "Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais" (CNPq) e do "Grupo Interinstitucional de Pesquisas em Libras

e Educação de Surdos (Gípies)". E-mail: euluze.costa@ufes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1448-4099>.

Fabiano Duarte Valente - Assistente em administração na Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), atua no Programa de Pós-graduação Profissional em Educação (PPGPE) desde 2019. Estudante do Mestrado Profissional em Educação na mesma instituição, onde também se graduou em Direito. E-mail: fabiano.valente@ufes.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7515-4053>.

Ícaro Belém Horta – Mestrando em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), na linha de pesquisa: Políticas Públicas em Educação, na Faculdade de Educação/FaE-UFMG. Licenciado em Geografia (UFMG). Professor de Geografia da Educação Básica na Prefeitura de Belo Horizonte-MG. E-mail: oracibh@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-7184-1494>.

Josiane Pereira Torres – Professora adjunta da Faculdade de Educação (FaE), Departamento de Administração Escolar (DAE), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Doutora em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR). Integrante do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho Docente (GESTRADO/UFMG). E-mail: josianetorres.ufmg@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1452-8223>.

Lorena Rosa Gonzaga De Souza – Estudante da Universidade Federal do Espírito Santo desde 2018, graduada no curso de bacharel em Biblioteconomia. Atualmente cursando o 4º período de licenciatura em Pedagogia também na UFES. Bolsista de iniciação científica 2023/2024 no Grupo de Pesquisa, Gestão e Inclusão Escolar: Contextos e Processos Sociais (GRUPGIE), Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGE/UFES. E-mail: lorena.r.souza@edu.ufes.br.

Marcelo Loureiro Ucelli – Graduado em História pela Faculdade de Filosofia Ciências e Letras de Colatina (1997) e em Pedagogia pelo Centro Universitário de Araras Dr. Edmundo Ulson (2019), Mestre em Educação, Administração e Comunicação pela Universidade São Marcos (2007). Atualmente, doutorando do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Espírito Santo - PPGE/UFES, e participante do Grupo de Pesquisa, Gestão e Inclusão Escolar: Contextos e Processos Sociais (GRUPGIE). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9169-9683>.

Marcia Maurilio Souza – Doutora e Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), graduada em Serviço Social, Licenciada em Pedagogia, especialista em Educação de Pessoas com Surdocegueira e Deficiência Múltipla Sensorial. Docente da Faculdade de Educação da USP (2022-2023). Coordenadora da Rede de Pesquisadoras/es sobre Financiamento da Educação Especial (Rede Fineesp). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa CNPq Políticas de Educação Especial. E-mail: marciamauriliosouza@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3975-7209>.

Marileide Gonçalves França – Doutora em Educação pela Universidade de São Paulo (USP) (2014). Mestre em Educação (2008) e Graduada em Pedagogia (2005) pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Professora no Centro de Educação (CE), da Universidade Federal do Espírito Santo. É professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores (PPGEEDUC/Ufes). Coordena o Grupo de Estudo da Educação das Relações Étnico-Raciais e Educação Especial (Geere) e a Rede de Pesquisadoras/es sobre Financiamento da Educação Especial (Rede-Fineesp). Email: leidemary8@gmail.com.

Paula Debossan Borges – Graduada em Ciências Biológicas (UFES), mestranda em Educação na Universidade Federal do Espírito Santo (PPGPE/UFES), bolsista pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Espírito Santo (FAPES), pós graduada em Educação Especial e Inclusiva (FAVENI), tradutora e intérprete de Libras (SEDU), assessora editorial da “Revista Educação Especial em Debate” (REED), pesquisadora do grupo de pesquisa “Políticas, Gestão e Inclusão Escolar: contextos e processos sociais” (CNPq). E-mail: debossanpaula@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0008-4640-0161>.

Reginaldo Célio Sobrinho – Doutor em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE/UFES), Pós-Doutor em Educação pela UFGD, graduado em Pedagogia, Coordenador do GRUPGIE. Atualmente, exerce a função de diretor do Centro de Educação da Universidade Federal do Espírito Santo (2020/2024). Sua linha de pesquisa está centrada em “Educação Especial e Processos inclusivos”, sendo membro do núcleo de ensino, pesquisa e extensão em educação especial (NEESP). E-mail: reginaldo.celio@ufes.br.

Soila Maria Francisco Belo Ramos - Licenciada em Pedagogia (Centro Universitário São Camilo), Mestre em Educação (PPGEEDUC/UFES). Professora no Centro Educacional São Camilo e na Prefeitura Municipal de Cachoeiro de Itapemirim. Atua com formação de professores na área de Alfabetização e Letramento. Tem atuado como formadora municipal no Programa de Leitura e Escrita na Educação Infantil (LEEI). E-mail: soilinha0@gmail.com.

Wanessa Zavarese Sechim – Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Colatina (1994), Especialista em Planejamento Educacional (1996), Secretária Municipal de Educação de Nova Venécia/ES. E-mail: wanessazavaresechim@gmail.com.